

CONTRA O HISTORICISMO EM TEORIA DA CIÊNCIA.

OSWALDO PORCHAT PEREIRA

do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. — Ao falar do *historicismo* em Teoria da Ciência, não tenho em vista uma doutrina ou um pensador particular mas, empregando conscientemente o termo num sentido bastante genérico, pretendo analisar algo como uma postura comum a diferentes concepções e doutrinas que se propõem a dar conta do conhecimento científico. Concepções diferentes que tematizam privilegiadamente a ciência ou que englobam, aos menos, uma reflexão sobre ela, abordando o conhecimento científico ao lado de outras formas da atividade cognitiva e cultural do homem, que pretendem igualmente explicar.

Tenho consciência suficiente do perigo que uma generalização dessa natureza frequentes vezes envolve, na medida em que, se se deixa de lado a especificidade de cada doutrina no intuito de caracterizar o que elas têm de comum, se corre o risco de desfigurar conjuntamente todas e cada uma delas, por excesso de simplificação e de esquematização. O risco, portanto, de obter-se apenas um pretensioso modelo parcial para doutrinas diferentes no qual nenhuma delas de fato se reconheceria e onde não mais veriam do que uma deformação caricatural de suas posições.

Não creio entretanto que, ao caracterizar e discutir o historicismo epistemológico como postura comum a diferentes concepções que, a meu ver, ele integra, eu esteja correndo o risco de desfigura-las. Ao contrário, parece-me que o historicismo configura um conjunto de teses e métodos suficientemente explícitos em todas elas, o que o torna suscetível de uma descrição adequada. De outro lado, porque sua pretensa justificação nos contextos doutrinários mais amplos em que se insere elide habitualmente certos problemas que lhe dizem especi-

ficamente respeito e que de fato independem das problemáticas mais amplas desses contextos, julgo por isso mesmo válido e oportuno abordar aqui o historicismo sob um prisma mais estreito. Finalmente, trata-se de uma postura em face da ciência bastante difundida nos dias que correm em certos ambientes ligados às ciências humanas e que exerce, por razões que não cabe agora examinar, uma forte sedução sobre bom número de jovens intelectuais. No mais das vezes, aceita-se como válida essa postura, apresentada como matriz do que seria o único método correto de explicação do conhecimento científico, sem submete-la a qualquer problematização mais séria, como se se tratasse de uma instrumentação metodológica definitivamente adquirida cuja utilização não mais carecesse de justificação. Donde a importância e a necessidade de uma abordagem direta do historicismo epistemológico, que mostre sua enorme problematidade e aponte algumas das dificuldades insanáveis em que ele se enreda. Ao efetua-la, serei obrigado a colocar criticamente algumas questões epistemológicas que reputo fundamentais e que o historicismo insiste em ignorar. Lacuna grave que também se manifesta em outras correntes epistemológicas. Também certas implicações da doutrina historicista que me proponho a analisar reaparecem em outras orientações da Teoria da Ciência, o que obviamente confere maior importância e universalidade à sua discussão. Penso também que, embora não dê nomes aos bois, o leitor não terá dificuldade em reconhecer, na discussão que se segue, referências evidentes a algumas tendências epistemológicas que se encontram na ordem do dia.

Reconhecendo embora que o termo tem sido empregado em muitos outros sentidos bastante diferentes daquele que lhe estou aqui conferindo, chame de *historicismo*, na esfera da Teoria da Ciência ou Epistemologia, a orientação teórica e metodológica que, sob formas diversas, se propõe a elucidar a natureza da ciência preferencial ou exclusivamente pela sua história. Privilegia-se decididamente, assim, um método genético de explicação de conhecimento científico, que se pretende aplicar não somente à ciência em geral, mas também às ciências particulares e às suas partes, bem como aos diferentes conceitos e métodos científicos. Ainda que o ponto de partida para a utilização do método historicista de explicação do conhecimento científico tenham sido as ciências humanas, estendeu-se sua aplicação também ao campo das ciências naturais e pretende-se que ele de algum modo se aplica às mesmas ciências exatas. O fato reconhecido e indiscutível de que as ciências, seus métodos e conceitos têm uma história e o fato não menos aceito de que, na história de cada ciência, se operaram transformações fundamentais que levaram ao abandono de teorias, métodos e conceitos e à sua substituição por outros, muitas vezes com implicações imediatas não apenas sobre a delimitação do domínio da ciência,

mas também sobre a própria concepção de seu objeto, ambos esses fatos são capitalizados pela postura historicista em defesa da tese de que um conhecimento adequado desse processo histórico de constituição dos conhecimentos científicos, além de necessário, é também suficiente para a inteligência cabal de sua natureza, alcance e significação. O caráter exclusivista dessa perspectiva sobre a ciência, explicitamente assumido e defendido por muitas concepções historicistas, implicitamente, ao menos, é assumido em todas as outras.

Esse privilégio epistemológico conferido à História da Ciência assume diferentes formas, conforme se dê ênfase às doutrinas científicas em si mesmas ou ao seu relacionamento com o meio social que as produziu. Uma primeira orientação do historicismo se preocupa primordialmente com o estudo das transformações, por assim dizer, internas que tiveram lugar na história de cada disciplina científica. É a atitude epistemológica que alguns chamam de *histórico-crítica*. Estudam-se as diferentes teorias e metodologias que caracterizam as várias fases históricas de cada ciência, tendo-se em vista descobrir como se operou a passagem de umas às outras e conferir inteligibilidade ao processo histórico dessas transformações e à noção de progresso científico que lhes é costumeiramente associada. Empreende-se, assim, uma análise do dinamismo interno de cada ciência, reconhecível em seu devir histórico. O recurso ao método comparativo deve, em seguida, permitir o inter-relacionamento dos resultados dessas análises, primeiramente confinadas ao âmbito interno das disciplinas, no sentido de tentar obter uma compreensão do conhecimento científico em geral baseada na compreensão de como se processou o seu crescimento. Tentar-se-á por vezes encontrar uma possível legalidade imanente ao processo genético do conhecimento ou, ao menos, descobrir tendências gerais que tenham presidido às transformações analisadas. Algumas vezes procurar-se-á ainda comparar os resultados dessa pesquisa com os dados obtidos por uma psicologia genética do conhecimento, a fim de estabelecer um possível paralelismo onto-filogenético.

Uma outra orientação historicista privilegia na ciência o seu aspecto de produto de uma atividade social específica e dá-se por tarefa explicar o fenômeno social da produção da ciência. Elucidar a natureza da ciência seria sinônimo de explicar, mediante o recurso à História, a gênese social do processo de produção da ciência, o que permitiria a apreensão do verdadeiro significado e alcance das teorias, conceitos e métodos científicos. Um tal recurso à História se converteria, por isso mesmo, em exigência epistemológica fundamental. Essa orientação do historicismo se desenvolve, em verdade, segundo duas diferentes direções. A primeira delas confere ênfase especial às comunidades científicas, isto é, aos grupos sociais imediatamente responsáveis

pela produção das teorias científicas. A História da Ciência virá, então, descrever-nos a vida interior e profissional dessas comunidades e apontar-nos as características que as fazem diferir de outras espécies de comunidades. Descrever-nos-á o universo intelectual em que as comunidades de cientistas se movem, seu grau de crença e comprometimento com as teorias que adotam, os critérios que comandam a seleção e o modo de abordagem das questões de que se ocupam, as normas, explícitas ou implícitas, que norteiam sua atividade habitual ou em situações excepcionais de crise e transformações profundas das ciências. Essas últimas, que culminam no abandono e rejeição de teorias e em sua substituição por outras, a que as comunidades progressivamente aderem, merecerão uma atenção particular, o que também ocorria com a primeira orientação historicista a que fiz referência. Estudar-se-á o comportamento dos cientistas nessas situações sob o ângulo de uma explicação causal de natureza psico-sociológica, sobretudo no que respeita à sua atitude em face do conflito entre as velhas teorias em crise e as novas que lhes disputam o lugar. Todo o dinamismo próprio ao devir histórico da ciência é assim explicado pelo dinamismo interno da vida profissional das comunidades científicas.

A outra direção, que é de longe a variante mais difundida e conhecida do historicismo, é representada pelo que vou chamar de *historicismo sociológico*. Apoiada numa análise dos fatores que seriam os determinantes essenciais das amplas constelações sócio-econômicas produzidas pela história do homem, essa variante historicista promete-nos explicar tanto as teorias, concepções e metodologias próprias às diferentes ciências como as mesmas categorias básicas do conhecimento científico a partir daquelas configurações sociais globais, que teriam em sua produção de ciência uma forma particular de expressão. A investigação das condições e mecanismos sociais dessa atividade produtiva especial desvendaria também o relacionamento íntimo que a subordina às tendências, necessidades e interesses em jogo naqueles contextos, desvendando-lhe um significado mais profundo, de natureza ideológica, que se acharia habitualmente camuflado. O caráter ilusório da pretensa neutralidade do discurso científico em face da problemática ideológica seria, assim, tornado manifesto. Enquanto as duas outras variantes do historicismo que acima consideramos se ocupam especificamente do conhecimento científico, o historicismo sociológico se propõe como a metodologia adequada para o estudo e a compreensão de todas as formas de atividade cultural. Bem menos modesto em suas pretensões, pretende igualmente aplicar-se às teorias filosóficas e às diferentes formas de expressão religiosa e artística. Recorrendo à noção de ideologia, buscará estabelecer o caráter ideológico de todas elas.

Por variadas que sejam as formas de que a atitude historicista se reveste e malgrado as reais divergências que as distinguem e tornam umas com as outras dificilmente conciliáveis, parece-me oportuno insistir na determinação comum que as anima, qual seja a de substituir a problemática clássica da Teoria da Ciência pelo estudo da gênese histórica da ciência. Ainda que, conforme às particularidades de cada uma das variantes historicistas, se venha a conceber de diferentes maneiras esse recurso à História e se obtenham, em consequência, diferentes leituras do processo histórico de constituição do conhecimento científico. Além do mais, o que se propõe frequentes vezes e de modo bastante explícito é a rejeição pura e simples das abordagens epistemológicas tradicionais e “estáticas”, em favor de uma nova forma de reflexão epistemológica, essencialmente “dinâmica” porque diretamente voltada para a apreensão do dinamismo próprio do conhecimento científico, agora estudado no processo mesmo de sua formação, mercê de um oportuno recurso à História da Ciência. E, no que respeita às variantes historicistas por último consideradas, à História da Ciência equipada com o instrumental elaborado pelas ciências humanas, em particular pela psico-sociologia, pela sociologia e pela economia política. Uma boa parte dos autores historicistas não resitará em qualificar de científica a sua epistemologia, em oposição às teorias filosóficas da ciência.

*

2. — Ora, não creio haver quem ponha em dúvida a oportunidade e necessidade de recorrer-se à História da Ciência para iluminar a reflexão epistemológica, sobretudo quando pesquisas sérias e cuidadas sobre a história de problemas, conceitos e teorias científicas têm vindo continuamente a lume, revelando a extrema fecundidade e importância de estudos dessa natureza. Como em qualquer outra esfera do conhecimento, também em Teoria da Ciência os estudos genéticos são chamados a dar uma contribuição fundamental para uma compreensão mais completa do objeto em estudo. A análise do chamado progresso científico, o estudo das transformações operadas no âmbito de cada ciência particular durante o seu devir histórico, a análise das sucessivas reformulações dos conceitos científicos fundamentais que acompanharam essas transformações, o estudo das transformações metodológicas das diferentes ciências, o estudo dos processos de seleção, preservação ou abandono dos problemas de que as ciências historicamente se ocuparam, todas essas investigações, em suma, que são de natureza eminentemente histórica, evidentemente constituem instrumentos eficientes e adequados a que a Teoria da Ciência se vê forçada a recorrer para levar a cabo sua tarefa de compreensão integral e crítica do conhecimento científico. É indubitável que esse recurso à História da Ciência vem

proporcionar uma inteligência mais completa de seus diversos componentes, permitindo-nos apreender o significado mais profundo de seu vocabulário, os propósitos e metas originais de suas orientações doutrinárias, as razões que inspiraram a escolha de seus métodos. E o conhecimento dos debates e polêmicas que levaram à adoção de novas concepções e à rejeição de outras, o exame dos argumentos oferecidos pelas correntes em conflito em favor de seus respectivos pontos de vista vêm sobremaneira esclarecer a natureza e o alcance das teorias científicas que hoje prevalecem.

Por outro lado, não se pode legitimamente deixar de reconhecer o caráter social da produção científica, o fato de ser ela a expressão de um modo de ser social do homem, na história do confronto entre a espécie e o Mundo. Se o epistemólogo não quer ignorar o real significado *humano* da ciência, ele se interrogará sobre as condições em que as comunidades científicas formularam seus problemas, as intenções que as guiaram, as normas que seguiram, o tipo de soluções que buscaram. Mas, porque essas comunidades restritas de sábios se inserem em contextos sociais mais amplos cuja vida e problemática se vem necessariamente refletir também em sua intimidade, não pode o epistemólogo ignorar o enorme impacto das sociedades globais ou de segmentos relevantes delas, de qualquer modo bem mais amplos que as comunidades de cientistas, sobre os rumos da pesquisa científica. Não lhe escapará que a atividade científica reflete, de algum modo, a constelação sócio-cultural que a produz e condiciona; verificará que, com bastante frequência, as transformações ocorridas no devir histórico da ciência, a adoção de novas diretrizes, as redefinições da problemática científica refletem preocupações e interesses de diferentes grupos sociais. Assim como a ocorrência de um fenômeno análogo não deverá escapar à atenção de um historiador lúcido da filosofia preocupado em esclarecer a gênese dos sistemas filosóficos. E, uma vez conhecidas as condições históricas em que as teorias científicas viram a luz, poderá o epistemólogo reconhecer sem dificuldade a influência atuante de inspirações filosóficas, religiosas ou ideológicas, por vezes determinantes, nos rumos historicamente tomados pela ciência.

Que assim se passem as coisas não parecerá senão normal a um epistemólogo não preconceituoso. Nem poderia ele esperar que um esforço de compreensão integral do conhecimento científico pudesse dispensar o estudo dos vários inter-relacionamentos que o ligam aos fenômenos mais amplos seja da vida cultural seja da vida social em geral. De tal modo se reconhece hoje em dia a importante significação epistemológica da História da Ciência que nela insistir não parece mais do que dizer e repetir e óbvio. Mas, se assim é, por que opor-nos ao historicismo epistemológico, que insiste precisamente nesses fatores que

a Teoria da Ciência nos pareceu não poder ignorar? A essa pergunta respondo, dizendo que o historicismo não se restringe a reconhecer o caráter relevante da contribuição da História da Ciência para a Teoria da Ciência; mas, indo bem mais longe, como acima indiquei, propõe a substituição integral da reflexão epistemológica clássica pela análise histórica, da qual pretende obter a plena elucidação da natureza do conhecimento científico. Ele dissolve, assim, a Teoria da Ciência numa certa leitura privilegiada da história do conhecimento científico. É o exclusivismo dessa perspectiva que merece reparos fundamentais. Antes, porém, de assumirmos uma posição crítica, impõe-se examinar algumas dentre as principais implicações filosóficas da atitude historicista. Porque elas não são desprovidas de importância.

*

3. — A avaliação da significação filosófica do historicismo exige que façamos uma primeira distinção entre a variante histórico-crítica e as duas outras. Com efeito, o historicismo histórico-crítico não se pretende em geral, ao menos no ponto de partida, incompatível com nenhuma das diferentes orientações filosóficas em epistemologia. Mas dissimula mal seu ceticismo quanto à fecundidade e ao valor de uma investigação epistemológica de natureza filosófica. O desacordo permanente e aparentemente insanável do conflito que opõe as diferentes epistemologias filosóficas umas às outras, o caráter irremediavelmente “subjetivo” que as caracterizaria sugerem-lhe que se abandone a reflexão filosófica e se tome o partido de construir uma epistemologia que mereça plenamente ser considerada científica, utilizando-se os métodos aceitos e incorporados pela tradição científica para estudar o processo genético do conhecimento, na esperança, inclusive, de obter eventualmente resultados que venham a favorecer alguma dentre as orientações tradicionais da epistemologia filosófica ou a sugerir uma nova forma de explicação filosófica sobre a natureza da ciência.

São, entretanto, as duas outras variantes historicistas que colocam problemas filosóficos mais interessantes. Em primeiro lugar, ambas implicam no que vou chamar, em falta de melhor expressão, de uma teoria *posicional* do objeto científico, teoria essa que também reaparece aliás, sob outras roupagens, em algumas epistemologias não-historicistas. Porque elas consideram a ciência exclusivamente sob o aspecto de sua gênese social, aquelas variantes se vêem levadas a analisar as teorias científicas e os discursos em que elas se exprimem sob o prisma exclusivo de seu estatuto de produtos de atividades sociais específicas. Os objetos, então, de que falam esses discursos são entendidos como *postos* pelos discursos e com eles, por isso mesmo, inteiramente solidários; ou como *postos*, se se quiser, por aquelas atividades sociais

através dos discursos. Assim, para cada teoria científica, o discurso em que ela é vasada, as entidades que nele se reconhecem ou postulam, as propriedades que esse mesmo discurso lhes atribui, tudo isso é tomado como um único todo que é a própria teoria científica, a ser então estudada nessa sua natureza de totalidade, a partir dos processos causais que a engendraram. Desse modo recusada aos objetos da ciência qualquer autonomia, dissolve-se *ipso facto* a tradicional categoria epistemológica do objeto do conhecimento, enquanto algo que se contrapõe ao processo do conhecimento e de algum modo lhe resiste. Insistir-se-á, por vezes, numa incompatibilidade radical entre as teorias científicas em conflito numa fase histórica que terá levado ao triunfo de uma delas e se alegrará eventualmente sua incomensurabilidade; uma incomensurabilidade de tal natureza que, ao invés de referir-nos a uma relação de sucessão entre duas visões diferentes e incompatíveis do mundo de uma determinada ciência particular, deveríamos antes falar de dois mundos diferentes. O mundo de que a ciência fala se entenderá, então, como o mundo-da-ciência que é, por assim dizer, colado à teoria científica. As diferentes teorias que se sucedem no tempo histórico se propoem de algum modo, assim, como diferentes “edições” do mundo-da-ciência, irredutíveis a um só e mesmo mundo devido à sua incomensurabilidade e na mesma medida da alegada irredutibilidade dos discursos que as exprimem a uma mesma linguagem comum e neutra.

Objetar-se-á acaso ao historicista que as ciências se medem com a Natureza e nela testam objetivamente suas teorias? Responder-nos-á que as teorias científicas se acham inseridas em constelações culturais mais ricas e abrangentes, formadas por elementos de vária natureza, inclusive filosóficos, as quais se configuram como concepções gerais do Mundo a que aderem as comunidades ou grupos sociais em cujo seio emergem as teorias científicas. Essas totalidades englobam discursos sobre a Natureza que a *põem*, vindo as teorias científicas, em última análise, decidir de como ela se *põe*. E as próprias teorias decidem também, com base naquelas concepções do Mundo a que se prendem, sobre quais as formas válidas de seu confronto com a Natureza, sobre o mesmo valor e alcance desse confronto, sobre os critérios de avaliação e interpretação de seus resultados. Assim, a atividade científica plasma seus objetos e seu mundo, tornando-se inócua uma discussão sobre os objetos que os isolasse dos discursos teóricos que os conceituam e postulam, isto é, que os *põem*. Cumpriria, então, estudar atentamente a atividade social produtora de teorias, no sentido de determinar como se relaciona cada teoria científica que *põe* tais ou quais objetos com as condições objetivas em que ela foi produzida.

Consequente com essa orientação, o historicismo sociológico entenderá esse tratamento dos objetos científicos à chamada objetivida-

de em geral, de que as concepções filosóficas se ocupam. De algum modo tomando-as como “edições” também da Realidade, não verá em suas descrições da chamada objetividade mais do que expressões ideológicas que “objetivam” aspectos estruturais da vida político-econômica dos grupos sociais. E, assim como as teorias científicas *põem* o objeto científico e o mundo-da-ciência, se dirá analogamente que as teorias do conhecimento e as filosofias *põem* o Objeto e o Mundo, em geral. Mas fica, então, manifesto que o historicismo, enquanto se restringe ao conhecimento científico, dissolve não apenas a Epistemologia mas a própria Ciência e seu objeto na história da Ciência; enquanto se aplica a explicar a própria Filosofia, ele dissolve na história o Objeto e o Mundo.

Uma outra consequência importante da atitude historicista em face da ciência diz respeito ao problema da *verdade*. Suprimida a noção clássica de objeto, adotada a teoria *posicional*, tendo-se assim operado toda uma redefinição da noção de conhecimento científico, a questão epistemológica clássica da verdade e da falsidade perde necessariamente todo sentido. Com efeito, a discussão tradicional sobre a veracidade científica exigia de algum modo um objeto externo e razoavelmente autônomo, anterior ao processamento científico do conhecimento. Ela se assentava na pressuposição de um mundo exterior que o conhecimento científico tentava apreender e com o qual a ciência se media, cabendo à experiência em última análise, no caso das ciências naturais, confirmar ou falsear os resultados teoricamente obtidos. Se a teoria científica se converte, porém, em “edição” do mundo-da-ciência, se a teoria e os objetos de que ela fala constituem uma totalidade indissolúvel e fechada, o problema da verdade se reduz ao problema da validade dos enunciados científicos no âmbito interno de cada teoria. Sob esse prisma, não julgo despropositado estabelecer uma certa aproximação entre uma tal concepção e certas filosofias da ciência inspiradas do formalismo lógico que reduzem o problema da verdade dos enunciados de uma teoria a uma questão de semântica formal. O Mundo de que fala uma teoria não sendo mais que o universo de seu discurso, o *modelo* formal da teoria, em relação unicamente ao qual as proposições, interpretadas segundo regras formais previamente definidas, se dirão verdadeiras ou falsas. Parece-me que essa aproximação curiosamente se impõe, malgrado o repúdio ostensivo do historicismo a toda espécie de formalismo.

Em sentido absoluto, tornar-se-ia, então, carente de sentido indagar pela eventual veracidade das teses e enunciados científicos. Por isso mesmo, desprezar-se-á toda tentativa de introduzir na Epistemologia a problemática da verdade, como uma forma infeliz de retorno à metafísica — *horribile dictu!* — e a seus velhos hábitos especulativos.

Uma volta infeliz às epistemologias “ingênuas” que se teriam rendido às ilusões e exigências do senso comum.

Como consequência possível, ainda que não necessária, ter-se-á, por vezes, uma forma de relativismo. Não mais definindo-se a meta do conhecimento científico pela busca da verdade, as diversas teorias científicas distribuídas no tempo histórico se dirão essencialmente relativas às comunidades ou grupos de que seriam expressões representativas. Num sentido metafórico, cada teoria poderia dizer-se a “verdade” da comunidade ou grupo que a formulou e propôs como verdadeira. Desapareceria, assim, todo critério objetivo para preferir uma teoria a uma outra ou para falar em progresso científico.

Mas o relativismo não se impôs de fato ao historicismo como consequência necessária de suas posições. E, no mais das vezes, os historicistas o rejeitam explicitamente. Uma tal rejeição não lhes é, por certo, possível no âmbito interno de sua tarefa explicativa da gênese das teorias científicas, pelo fato mesmo de pressupor um critério externo que se constitui em princípio de comparação e avaliação das diferentes teorias. Uma forma ingênua e felizmente pouco frequente do emprego de um tal critério é o privilégio simplesmente concedido ao moderno e atual, à ciência de nosso tempo enquanto expressão de nossas necessidades e reflexo de nossas condições históricas. Mais frequente é a utilização de um critério quantitativo e técnico: preferir-se-ão as teorias que, mercê de um aparato instrumental e teórico mais sofisticado, se mostram capazes de maior precisão em suas predições, sobretudo de precisão quantitativa; de produzir maior número de situações de experimentação, de resolver portanto um número maior de problemas; de extensão a domínios mais amplos e de maior riqueza de aplicações. Também se levarão em conta a exatidão e o rigor da linguagem em que as teorias se formulam, seu grau de simplicidade relativa, assim como sua capacidade de maior ou menor interação com outras especialidades ou com as visões do Mundo em que se inserem. E os mesmos critérios servirão, então, para definir o *progresso científico*.

Ou se pode privilegiar — e é às vezes o caso do historicismo sociológico — a visão do Mundo de um determinado grupo social e, conseqüentemente, as edições do mundo-da-ciência que melhor se adaptam a essa visão do Mundo. A “verdade” dessa visão do Mundo, ainda que convenientemente relativizada enquanto expressão e reflexo de um grupo particular, serviria de referencial básico para julgar as “verdades” — ou melhor: as “falsidades” — das outras concepções. Uma conexão se pode aqui estabelecer entre o historicismo sociológico tal como acima o defini e um outro sentido do termo “historicismo”

às vezes empregado para definir uma certa concepção da história, que se pretende capaz, não apenas de descobrir as leis que regem o devir histórico, mas também de apreender a direção para a qual a história caminha. Pois basta atribuir a um determinado grupo social o papel de motor dessa caminhada histórica para que se possa conferir à sua visão do Mundo, com alguma maior propriedade, a qualificação de “verdadeira”, justificando-se destarte sua função de referencial relativo e de fundamento dos critérios de apreciação, inclusive das teorias científicas.

Correlato com os problemas que acabamos de abordar é o da *validade e legitimidade* da ciência que, ao menos numa primeira aproximação, não se confunde por certo com o da veracidade. Nenhuma variante historicista pretende ignorar o fato do reconhecimento efetivo dessa validade e legitimidade por parte dos que se consagram à atividade científica, e isso para não invocar o próprio testemunho da opinião comum. Mas, por força mesmo de sua postura comum que as opõe à epistemologia filosófica, todas as três variantes historicistas omitem qualquer discussão sobre a aceitabilidade ou não-aceitabilidade dos enunciados e resultados científicos *para nós*, que deveria levar a uma decisão sobre a validade daquele reconhecimento da validade da ciência e, portanto, sobre a própria validade da ciência. Contentando-se em reconhecer o fato do reconhecimento, aliás indissociável dos amplos consensos que unem os especialistas das diferentes ciências no tocante a questões particulares e internas a seus campos de estudo, as diversas variantes do historicismo dão-se por tarefa estudar geneticamente as condições e o processo que levam as comunidades científicas — ou grupos sociais mais amplos — a postular a legitimidade das teorias que adotam e a validade dos enunciados que as compõem. Em resumo, dissolve-se o problema da validade e legitimidade da ciência, à cuja discussão se substitui a busca de uma explicação causal do reconhecimento dessa validade e legitimidade, configurado esse reconhecimento como um fato social. Uma tal conversão do enfoque epistemológico é, aliás, perfeitamente coerente com a concepção historicista do objeto da ciência, que acima esbocei.

Ainda com respeito ao historicismo sociológico, cabe lembrar que ele de algum modo implica numa minimização do problema epistemológico da demarcação, cuja importância, entretanto, ele entrevê. É o problema da distinção a fazer-se entre ciência e não-ciência, entre a atividade cognitiva da ciência e as demais formas da atividade cognitiva, sobretudo entre ciência e filosofia, ou entre ciência e metafísica. A questão da importância e valor dessa distinção tem sido uma preocupação primeira da epistemologia filosófica contemporânea. Mas, se se reduzem filosofia e ciência a meras expressões ideológicas de in-

teresses e necessidades de grupos sociais ou a meros reflexos da estruturação sócio-econômica das coletividades históricas, impor-se-á também postular a superficialidade de suas diferenças aparentes, que se revelariam como inessenciais para uma análise conduzida a um nível mais profundo. Por certo, não se acusará o epistemólogo historicista de uma incapacidade qualquer para distinguir entre a cientificidade de uma teoria da física molecular e a filosoficidade de uma especulação heideggeriana sobre o ser. Entretanto, porque, em última análise, os problemas que as ciências se propõem a resolver, as metodologias que imprimem às suas atividades, a natureza de seus universos de discurso, o modo de construção de suas objetividades próprias, as orientações doutrinárias todas que adotam refletiriam basicamente uma problemática social e por esta se explicariam, sob esse prisma as ciências não difeririam fundamentalmente, em natureza, das concepções filosóficas. Deveríamos apenas dizer que se trata de formas diferentes de expressão ideológica, vasadas em estilo diferente e mediante diferentes técnicas discursivas, importando menos insistir nas diferenças que fazer ressaltar o caráter básico que lhes é comum.

*

4. — O historicismo, portanto, não é filosoficamente inocente. Pretendo, agora, situar-me em relação a ele, discutindo-o e criticando-o. Fá-lo-ei, defendendo o que chamo de uma *postura epistemológica crítica*. Não me proponho a defender aqui tal ou qual solução dos problemas epistemológicos, mas tão somente um estilo de abordagem desses problemas, que me parece imposto pela sua mesma natureza. Que o historicismo, entretanto, decididamente recusa. Um estilo, aliás, plenamente compatível com diferentes orientações epistemológicas. O objetivo básico de toda Teoria da Ciência ou Epistemologia sendo reconhecidamente a explicação e elucidação do conhecimento científico, cabendo-lhe caracteriza-lo e discuti-lo criticamente, procurarei mostrar que dessa mesma intenção primeira da Teoria da Ciência necessariamente decorre uma problemática que se não pode justificavelmente recusar e que o historicismo inconsequentemente recusa. Mostrarei sua cegueira e inconsistência filosófica.

Mas comecemos por reconhecer a situação sobre a qual vem debruçar-se a Epistemologia a fim de corretamente formular a sua problemática. Tomarei como ponto de partida o fato de que a Epistemologia, dando-se por objeto a compreensão e explicação do conhecimento científico, por isso mesmo pressupõe o reconhecimento de uma demarcação, operada ao nível do senso comum e trivialmente traduzida no discurso cotidiano, entre uma certa forma de atividade cultural, aquela precisamente que se qualifica de científica, e as outras for-

mas daquela atividade, comumente classificadas como filosóficas, artísticas, religiosas, etc. De caráter eminentemente social, a forma de atividade cultural assim demarcada é reconhecidamente exercida por indivíduos que para tanto recebem uma formação especializada e que o discurso comum habitualmente chama de cientistas. Exercendo no mais das vezes comunitariamente essa sua atividade, os cientistas reconhecidamente produzem a assim chamada ciência sob a forma de estudos e pesquisas levadas a cabo mediante métodos e técnicas de natureza especial, por vezes com recurso a uma aparelhagem instrumental com grau variado de sofisticação. Tais estudos e pesquisas se consubstanciam na literatura dita científica sob a forma de livros, artigos, relatórios de pesquisa, etc. Expressa no discurso científico, a ciência se nos apresenta como a pluralidade das diversas teorias que nessa bibliografia se contém.

As fronteiras dessa demarcação entre ciência e não-ciência, como é costumeiro em todas as demarcações efetuadas ao nível do senso comum, são obviamente extremamente imprecisas e mal delimitadas. Se ninguém recusa a cientificidade de determinadas áreas do conhecimento, por exemplo a cientificidade de uma teoria química ou matemática, reconhece-se também que inúmeras disciplinas ou teorias têm a sua pretensa cientificidade discutida, por vezes em meio a acirradas polemicas, como é o caso de alguns setores das chamadas ciências humanas. E não é infrequente encontrar nesse campo doutrinas conflitantes que, empenhadas cada uma delas em fazer reconhecer sua própria cientificidade, mutuamente entretanto se invectivam, numa acusação recíproca de não-cientificidade. No interior mesmo de teorias cujo caráter científico é pacificamente reconhecido, descobre-se facilmente toda uma gama de vários elementos, cujo estatuto científico é tido como ambíguo ou é francamente recusado, reconhecendo-se seu caráter filosófico.

Apresentando-se-nos a ciência como uma pluralidade de ciências, usualmente agrupadas e classificadas segundo suas múltiplas afinidades de objetos ou metodologias, impõe-se imediatamente reconhecer o caráter “regional” das disciplinas científicas, que não é senão muito pouco atenuado pelos diversos estudos e pesquisas de natureza inter-disciplinar. As ciências se distinguem umas das outras, com efeito, sobretudo graças a uma delimitação razoavelmente nítida e precisa de seus domínios respectivos que as leva a particularizar os diferentes objetos de que se ocupam. Ainda mesmo quando diferentes ciências se ocupam de um mesmo setor do conhecimento, fazem-no sempre segundo diferentes aspectos, que definem seus objetos particulares e permitem precisamente diferencia-las. Mas também as técnicas e métodos empregados frequentes vezes diferem amplamente de uma ciên-

cia para outra, ou ao menos de um para outro grupo de ciências. Ignorando proposital e metodologicamente objetos e problemas alheios a seu domínio particular, as ciências, isto é, a ciência, se distinguem fundamentalmente, em sua mesma postura básica, da reflexão filosófica, que reconhecidamente não conhece fronteira alguma nem se proíbe abordar, mediante quaisquer métodos que lhe pareçam convenientes, quanto lhe pareça próxima ou longinquamente relacionado com o problema particular de que se esteja ocupando. Por isso mesmo, enquanto a solução filosófica deste ou daquele ponto particular envolve habitualmente toda uma série de questões, que de longe ultrapassam os limites do setor primeiramente considerado, e é frequentemente solidária de toda uma visão geral do Mundo, as soluções que as teorias científicas encontram para os seus problemas são, muito pelo contrário, razoavelmente independentes das respostas que se adotem para questões estranhas a seus domínios de pesquisa e, sobretudo, plenamente compatíveis com diferentes concepções filosóficas sobre o Mundo ou sobre o conhecimento, desse modo evidenciando o fato de essas últimas não serem diretamente afetadas por aquelas problemáticas particulares.

Paralelamente a essa oposição entre o caráter “regional” dos conhecimentos científicos e a universalidade da especulação filosófica, uma outra diferença fundamental é suscetível de uma imediato reconhecimento. Com efeito, a particularização “regional” da atividade científica se acompanha da instauração de acordos relativos e razoavelmente duradouros sobre pontos particulares, seja quanto a questões de método seja no que respeita às soluções propostas para problemáticas convenientemente delimitadas. Tais acordos reúnem o consenso de cientistas no mais das vezes diametralmente separados por suas concepções filosóficas, religiosas ou ideológicas, em suma, por suas diferentes visões do Mundo, em que integram e diferentemente interpretam sob outros prismas os mesmos enunciados científicos em que seu consenso se exprime. O reconhecimento desse fenômeno obviamente não exclui nem se opõe a que também se reconheçam as polémicas de vária natureza que dividem os cientistas e que envolvem setores determinados de diferentes disciplinas ou, eventualmente, a natureza mesma dos fundamentos de toda uma disciplina, mormente por ocasião do que se convencionou chamar de situações de crise das ciências. Reconhecer-se-á ainda que tais acordos, amplamente caracterizados nas ciências exatas e extremamente frequentes nas ciências naturais, são antes raros e problemáticos nas ciências humanas, isto é, precisamente naquelas disciplinas cuja cientificidade é mais objeto de disputa que de reconhecimento. De qualquer modo, trata-se de uma característica do pensamento científico totalmente estranha à reflexão

filosófica, cuja universalidade de postura se manifesta sob a forma de uma pluralidade aparentemente irreduzível de concepções filosóficas votadas a um conflito em que nenhum acordo parece delinear-se e onde o desacordo, ao contrário, parece permanente, irremediável e absoluto.

Se, continuando a descrever a situação de fato sobre a qual vem debruçar-se a reflexão epistemológica, atentamos por outro lado na natureza das diferentes formas de discurso em que se exprimem as teorias demarcadas como científicas, encontramos que, de um modo geral, excetuadas partes por certo substanciais das linguagens próprias às ciências exatas e as porções integralmente formalizadas de teorias formuladas nas ciências naturais, particularmente na física, todos esses discursos *não são mais que variações do discurso cotidiano*, enriquecido embora de um jargão especializado e de um simbolismo mais ou menos complexo. *Todos eles se referem também, explícita e incessantemente, ao Mundo da experiência cotidiana que o discurso do senso comum sempre pressupõe*. E, exceção feita para as matemáticas, nele situam, deste ou daquele modo, os objetos de que se ocupam. Tal é reconhecidamente o caso de todas as ciências humanas — *et pour cause* —, o mesmo ocorrendo com as ciências naturais em geral e, *sub quadam specie*, também com a física, mesmo em suas partes amplamente matematizadas, as quais são introduzidas, comentadas e interpretadas pela própria ciência física por intermédio do discurso comum e com referência ao Mundo comum. Entidades inobserváveis são postuladas como reais, descrevem-se eventos e processos inatingíveis pela percepção, “desrealizam-se” eventualmente objetos cuja realidade o senso comum postula, redefinem-se eventualmente de modo sofisticado categorias do conhecimento comum. Novas dimensões são acrescentadas ao Real, propõe-se uma visão que se pretende mais profunda e adequada da Realidade, outra que não a visão simplista e ingênua do homem comum, que se corrige e explica. *Mas o que se propõe, então, é correção, enriquecimento e explicação de uma certa concepção comum de um Mundo ou Realidade que se reconhece*. Mundo em que se executam as experimentações científicas, no qual se trava o diálogo entre os cientistas e onde se propõem as suas teorias. Essa vinculação com o Real não é somente uma pressuposição do discurso científico; vezes por demais frequentes, ela é explicitamente tematizada, reconhecida e afirmada pelos cientistas nos discursos que expõem suas teorias — *mas esses discursos são toda a ciência de que dispomos!* E se reconhecerá também que as mesmas ciências exatas, cujos universos de discurso parecem remeter para outros horizontes que não os definidos pela experiência cotidiana do Mundo, ao menos se servem, também elas, do discurso comum para introduzir e explicar suas formas mais complexas de linguagem, com referência continuada

e inegável à nossa atividade pensante e à nossa manipulação física dos sinais linguísticos. Em resumo, o discurso científico nos aparece como um discurso comum enriquecido a discorrer de vários modos sobre o Mundo.

A leitura sem prevenção desse discurso imediatamente manifesta a *atitude cognitiva* da ciência, isto é, sua intenção de conhecer a Realidade, muitas vezes explicitamente formulada, mas também sempre implícita nas variadas formas de explicação científica. O discurso corrente do cientista exibe sempre essa pretensão básica de apreender, descrever e explicar a estrutura íntima das coisas e dos eventos que compõem o Real. Nesse sentido, uma teleologia consciente e não dissimulada preside à atividade habitual da pesquisa científica. Refletindo essa aspiração da ciência a constituir-se em conhecimento do Mundo, o discurso científico manifesta paralelamente sua aspiração à *veracidade*, sua pretensão a ser um discurso verdadeiro sobre o Mundo. Um discurso adequado à expressão da Realidade que se pretende conhecer, assim o discurso corrente do cientista formula habitualmente o seu próprio ideal. E os textos científicos proclamam a *convicção* de que esse ideal se vem gradualmente concretizando na história da ciência e exprimem a *esperança* de que em sua direção se continue a caminhar. Assim definem costumeiramente o *progresso científico*. Certa de sua superioridade sobre a ciência do passado, a ciência que hoje temos ostenta uma confiança esperançosa em sua evolução futura. E essa certeza de ter progredido em direção ao conhecimento verdadeiro fundamenta sua pretensão ao reconhecimento de sua *validade e legitimidade*.

Essa pretensão cognitiva por parte dos que fazem ciência se acompanha de graus variados de *crença* nas teorias produzidas. Essa variação no grau de comprometimento com as teorias, isto é, no grau de sua aceitação como verdadeiras, seja por parte de seus proponentes seja por quantos, dentro ou fora das comunidades científicas, lhes dão sua adesão, depende evidentemente, como facilmente se verifica, não apenas da natureza específica de cada teoria, mas também de fatores idiossincráticos de natureza psicológica ligados à personalidade de cada indivíduo, assim como de condições peculiares às diversas comunidades científicas, da mentalidade nelas predominante em tal ou qual situação histórica particular, do impacto social causado pelas teorias em questão e de seu significado social. Trata-se, em resumo, de um fenômeno psicológico ou psico-sociológico que acompanha a produção de ciência.

Ao descrever esse fenômeno, não se pode esquecer, entretanto, que os cientistas da ciência que hoje temos atribuem, no mais das ve-

zes, um carater reconhecida e confessadamente apenas *hipotético* a suas teorias, desse modo matizando seu comprometimento com elas. Isso ocorre de modo muito claro e explícito nas ciências naturais, mas não é infrequente no campo das ciências humanas. Precisamente porque visam para além do que lhes oferece a experiência imediata do Mundo, buscando sondar o inexperienciável, os cientistas procuram para suas teorias pontos de ancoragem *naquela experiência*, entendendo que assim podem testa-las, sujeitando-as a um confronto com o Mundo em que elas vêm medir-se. Donde o recurso ao método hipotético-dedutivo, às várias técnicas de experimentação e de leitura e interpretação dos observáveis. Falam frequentemente de confirmações de suas teorias pelos fatos, de verificações de suas hipóteses; fazem predições e frequentemente se tem que elas se cumprem, as teorias dizendo-se, então, corroboradas. Mas falam também de desmentidos dos fatos às teorias, de refutações de hipóteses pela experiência; e encontra-se, por vezes, que as predições falham total ou parcialmente. Nesses casos, os cientistas frequentemente procedem a alterações e correções de suas teorias; em certas circunstâncias, teorias inteiras são rejeitadas e substituídas por outras, tidas como mais verdadeiras e conformes à realidade dos fatos. Graças aos meios modernos de comunicação e à abundância de informações que neles se difundem sobre a vida científica, torna-se relativamente fácil acompanhar essas transformações que se processam hoje a um ritmo notavelmente mais acelerado que o ritmo que as caracterizava no passado. O que evidentemente contribui para uma maior cautela do cientista contemporâneo no trato com as teorias, para um menor comprometimento que se traduz numa preferência maior pelo vocabulário da hipótese e não pelo da crença. Mesmo em certos setores das ciências humanas, onde os procedimentos experimentais são mais dificilmente aplicáveis e onde os próprios métodos de leitura e interpretação do observável são também objeto de grande controvérsia, não é infrequente a convicção de que, uma vez superados os entraves que obstam a uma leitura correta dos fatos, estes deveriam confirmar ou infirmar teorias propostas a título de hipóteses. Curiosamente, entretanto, é nos setores de cientificidade mais discutida e controversa que se verifica um comprometimento mais forte com as teorias propostas, uma crença mais segura nelas, quase como se não carecessem, para confirmar-se, de um confronto com o Mundo. . .

Descrevendo o quadro que nos é proposto pela ciência hodierna, tem-se forçosamente de atentar em suas dimensões eminentemente sociais. Mais do que em qualquer outra época, afirma-se hoje o carater comunitário da produção científica. O impacto da ciência sobre o Mundo, sua capacidade de transforma-lo, os êxitos espetaculares da tecnologia científica afetam profundamente a existência cotidiana da

espécie; dizer-lo é repetir um ocioso lugar comum. Por isso mesmo, o desenvolvimento da pesquisa científica requer hoje recursos de vária natureza incomparavelmente maiores que os exigidos pela ciência do passado. Fatos esses todos que tornam manifesto o aumento desmesurado do significado social e político da produção de ciência. Donde poder-se frequentemente traçar, sem maior dificuldade, o perfil ideológico dos rumos tomados pela política científica na escolha das áreas de pesquisa a serem desenvolvidas, na seleção dos problemas a serem abordados, na utilização efetiva dos resultados conseguidos. No campo das ciências humanas, mais do que em qualquer outro, o acirramento do conflito sobre os métodos e técnicas a serem empregados, a natureza dos objetivos colimados pelas pesquisas, o mesmo intenso debate entre as teorias sobre sua discutida cientificidade vêm traduzir de modo muito claro o grau de comprometimento ideológico das doutrinas.

*

5. — Tentei recordar, nessas últimas páginas, de modo por necessidade expressamente sucinto e imperfeito, alguns dos traços aparentemente mais relevantes que caracterizam a ciência que hoje temos, tal como ela se nos oferece numa abordagem não preconcebida. E sustento a tese de que uma descrição dessa ciência constitui a tarefa primeira a que se deve consagrar a Epistemologia. Numa primeira etapa, antes de levantar as questões epistemológicas fundamentais e precisamente para poder fazê-lo, a Epistemologia far-se-á essencialmente descritiva, esforçando-se por caracterizar corretamente o conhecimento científico, a fim de em seguida abordá-lo criticamente. Os pontos que acima abordei são meros exemplos, ainda que eu os considere particularmente importantes, desse esforço primeiro de caracterização. Uma exposição desenvolvida e pertinente desses e de outros aspectos do conhecimento científico em geral deve ser seguida de uma descrição detalhada das características próprias às diferentes ciências ou pretensas ciências. Nesse sentido, a Epistemologia tentará reconhecer as diferentes posturas que lhes são peculiares, os procedimentos utilizados na conceituação de seus objetos, os diferentes métodos a que recorrem, seus modos próprios de levantar problemas e propor-lhes soluções, seus diferentes estilos de explicação científica. Também suas diferentes maneiras de confrontar-se com o Mundo, seus variados mecanismos de auto-correção.

Poderão perguntar-me por que dou tamanha ênfase a essa descrição prévia, por que insisto tanto na necessidade dessa primeira etapa meramente descritiva da reflexão epistemológica. Precisamente porque se excluiu dela a tematização crítica do conhecimento científico,

parecerá a alguns que se trata de uma descrição trivial do óbvio, imediatamente ao alcance de quem esteja passavelmente familiarizado com as lides científicas. Reconheço, em resposta, a inegável aparência de trivialidade desse procedimento descritivo pré-crítico. Mas o trágico da questão é que se trata de um “trivial” esquecido — ou o que ainda é pior: frequentes vezes adulterado — em muitas teorias da ciência. Por força desse esquecimento frequente, sobrevêm inúmeras distorções que comprometem de antemão a reflexão epistemológica. Porque não se querem demorar em tentar uma descrição fiel e adequada da ciência que temos, tal como ela se representa na bibliografia científica, porque se comprazem em manifestar um certo desprezo pela “ingenuidade” do discurso em que os cientistas expõem suas doutrinas, muitas teorias da ciência se constroem, submetendo a um exame pretensamente crítico, não a ciência dos cientistas, mas um *fac-simile* dela, uma ciência já interpretada segundo uma ótica particular, já lida segundo uma determinada perspectiva epistemológica. A descrição que oferecem da ciência é, por isso mesmo, inaceitável, já no ponto de partida, para os que recusam o caráter adequado daquela orientação epistemológica particular.

Ora, do ponto de vista de uma sã metodologia, é manifestamente absurdo pretender-se erigir uma teoria desejadamente crítica sobre a natureza da ciência, assumindo-se de início aquela atitude de desprezo pela “ingenuidade” dos cientistas e de seu discurso corrente. Cabe de novo repetir: não temos outra ciência senão a dos cientistas, a que se contem inteira na bibliografia que compõem os discursos em que profissionalmente se exprimem. Tendo nessa ciência “ingênua” seu único objeto, a Epistemologia somente pode constituir-se a partir de uma descrição precisa daquilo de que se vai ocupar. Juízos prévios de valor, leituras interpretativas prévias, por natureza indissociáveis de concepções epistemológicas ou filosóficas particulares, apenas conseguem, pelo desacordo mesmo que já de início instauram, produzir uma confusão inextricável entre ciência e teoria da ciência. O que redunda em tornar problemática a mesma possibilidade de uma autêntica Teoria da *Ciência*. A partir desse momento, é-se irremediavelmente condenado a andar em círculo.

Tudo isso equivale a dizer que a Epistemologia, sob pena de reduzir-se a um ridículo diálogo de surdos, deve esforçar-se por caracterizar uma base de discussão suficientemente *neutra* para a sua problemática, constituída precisamente por uma descrição detalhada e precisa de seu objeto. Uma descrição, portanto, que seja aceitável pelos adeptos das diferentes correntes epistemológicas em conflito. Se não pudessem os epistemólogos por-se de acordo na caracterização do objeto de suas discussões, não mais fariam em verdade que produzir

discursos paralelos *sobre assuntos diferentes*. Sua mesma polêmica ficaria desprovida, por isso mesmo, de toda e qualquer significação. Reconheçamos, então, que a neutralidade de uma primeira descrição da ciência — uma descrição *fenomenológica*, se quisermos abusar do termo — se impõe como condição de possibilidade para a constituição da Epistemologia.

Mas há, por certo, os que recusam a possibilidade dessa descrição neutra. Entre eles, muitos partidários do historicismo sociológico. Rejeitam decididamente a idéia de que se possa lograr um acordo básico entre as diferentes correntes epistemológicas e filosóficas, ainda mesmo que esse acordo diga apenas respeito a uma mera caracterização descritiva do conhecimento científico. De tal maneira os possui o demônio do ideologismo que assumem como pressuposto a não ser discutido a inexistência de qualquer consenso entre os espíritos em domínios dessa natureza; porque julgam todos condenados, a todo momento e a respeito de todo assunto, a refletir e exprimir tão somente esta ou aquela dentre as posições ideológicas em conflito. É fácil compreender que uma tal atitude tem forçosamente de implicar na supressão de todo debate verdadeiramente filosófico, de todo diálogo fecundo, sem os quais nenhuma reflexão realmente crítica é possível. Pois não se concebe a crítica sem a discussão, nem a discussão se não se configura um objeto suscetível, num primeiro acordo, de uma caracterização suficientemente neutra para que ele se possa reconhecer como o objeto discutido.

Aos que assumem essa atitude estranhamente cética, proponho apenas que consentam, ainda que a título experimental, em participar, sem idéias preconcebidas, de um esforço comum no sentido de tentar uma descrição neutra da ciência de nossos dias; de examinar as possibilidades reais de um primeiro acordo de base, que seja compatível com as diversas orientações epistemológicas, inclusive portanto com o historicismo. Acredito piamente em que esse acordo é teoricamente possível, bastando para tanto que os que descrevem dessa possibilidade suspendam provisoriamente seu juízo cético e desistam de decretar *a priori* o fracasso necessário do empreendimento, dispondo-se experimentalmente a consegui-lo. Confesso, porém, meu pessimismo. Adversários empedernidos da idéia de qualquer acordo teórico, por limitado e parcial que seja, entre os que professam diferentes concepções filosóficas, eles se fazem incapazes, na prática, de contribuir para aquele esforço comum. Indispostos para um verdadeiro diálogo, nem por isso se recolherão ao silêncio. Pois seu dogmatismo tem outras perspectivas.

Num primeiro momento cabe, então, à Epistemologia, obter uma descrição correta e filosoficamente neutra do conhecimento científico.

Mas não convem ignorar que um acordo possível sobre essa descrição, teoricamente garantido por sua neutralidade, demandará em verdade um grande esforço. De um lado, para que o empreendimento descritivo não sofra a interferência indevida de leituras interpretativas unilaterais, de preconceitos dissimulados; insinuando-se sempre com insistência, eles serão um desafio permanente ao espírito crítico do epistemólogo. De outro lado, para que se consiga ajustar um vocabulário capaz de exprimir neutra e adequadamente a descrição pretendida. Assim, por exemplo, embora eu esteja convencido de que a caracterização sucinta de alguns traços mais relevantes da postura geral da ciência contemporânea acima esboçada seja fielmente descritiva e adequadamente neutra, aceito tranquilamente a possibilidade de que se exija uma revisão cuidadosa do vocabulário de que me servi, para que se possa concretizar um acordo sobre aqueles pontos.

Um ponto importante resta a assinalar, que creio merecer um realce particular. Não terá escapado ao leitor que, ao insistir na necessidade de uma primeira etapa puramente descritiva da reflexão epistemológica, insisti também, e por diversas vezes, em que o objeto dessa descrição é a *ciência que temos*, isto é, a ciência de nossos dias. Essa forma de atividade cultural que demarca e reconhece a opinião comum, em meio às outras formas dessa atividade, mediante o uso corrente de um certo vocabulário no discurso cotidiano em que se exprime. Não concebo, com efeito, como pudesse a Epistemologia dar-se um outro ponto de partida. Como também não vejo como pudesse a reflexão filosófica ter outro ponto de partida que não o *aqui e agora*, lugar e momento de nossas dúvidas e problemas. Se se pretende interrogar a ciência, é preciso antes de tudo convir em que o que estamos chamando de ciência é o que chamamos *hoje* de ciência. Os problemas que ela nos coloca são os que se levantam a partir dos aspectos que nela podemos hoje reconhecer; alguns desses problemas certamente sabemos-lo não se poderiam sequer formular em épocas anteriores. A mesma demarcação que reconhecemos e descrevemos, sabe-mo-lo sobejamente, nem sempre existiu; quando existiu, nem sempre se operou segundo os traçados que podemos hoje acompanhar. Se os problemas filosóficos nascem todos de nossa experiência cotidiana, é ocioso buscar outro ponto de partida para os problemas da Teoria da Ciência.

Uma vez levada a cabo a tarefa da epistemologia descritiva, um primeiro recurso à História da Ciência virá contribuir de maneira importante para melhor salientar os traços relevantes do conhecimento científico que se terão descrito. De um lado, a História nos fará conhecer de perto a constituição progressiva da demarcação entre ciência e não-ciência, particularmente entre ciência e filosofia. Os textos científicos do passado mostrarão como se propuseram e desenvolveram

técnicas e métodos especiais de investigação que, progressivamente aperfeiçoados, parecem ter-se integrado definitivamente no arsenal instrumental da atividade demarcada como científica: não por outra razão os teremos encontrado na ciência hodierna que descrevemos. E poderemos assistir à instauração gradual da “regionalização” científica, mediante a delimitação progressiva de domínios cada vez mais particularizados de conhecimento e a invenção de metodologias apropriadas à natureza específica de cada domínio. De outro lado, a História poderá confirmar-nos a essencialidade de alguns aspectos, que nos terão parecido relevantes, da ciência que hoje temos. Com efeito, encontraremos manifesta na ciência do passado a mesma atitude cognitiva em face da Realidade, a mesma intenção, expressa no discurso científico progressivamente enriquecido com um jargão especializado e técnico e com um simbolismo apropriado, de apreender adequadamente a realidade profunda das coisas e dos fatos do Mundo, a mesma pretensão à veracidade de seu discurso; também o mesmo anseio de confirmar-se no confronto com o Mundo, a mesma convicção de sua superioridade sobre o saber anterior, a mesma certeza, portanto, do progresso realizado que vimos exteriorizada pela ciência de nosso tempo. Assistiremos às correções impostas às teorias para que melhor pudessem dar conta dos fatos; à rejeição de teorias inteiras tidas como refutadas pelo confronto com o Mundo. A História não nos oferecerá a visão de um desenvolvimento linear da ciência. Mas nos manifestará de modo claro a presença permanente, em todo o devir histórico do que se demarcou como ciência, de uma mesma postura básica em face do Mundo, para alguns de cujos aspectos procurei apontar. Em nosso debate com o historicismo, é fundamental chamar a atenção para esse fato que se procura não enxergar. Pois se insiste em demasia nas diferenças, por certo reais, que especificam as diversas fases históricas da ciência, ignora-se também o que lhes é fundamentalmente comum. E essa ignorância é prenhe de más consequências para a Epistemologia.

*

6. — Acerca da ciência demarcada, reconhecida e descrita nos seus traços mais característicos, vai o epistemólogo formular suas perguntas. No exercício pleno do espírito crítico a que não pode renunciar, vai interrogar a ciência, problematizando quanto lhe parecer problematizável. Mas, porque a epistemologia não começa com ele, não lhe assiste o direito de ignorar a problemática epistemológica já levantada nas teorias da ciência já propostas. Compete-lhe, então, efetuar o reconhecimento dos problemas que as diversas correntes epistemológicas propuseram e a que se propõem responder. Tendo inspecionado a ciência, demorar-se-á também, como numa inspeção de segunda ordem, em reconhecer os rumos principais tomados pela reflexão episte-

mológica de nosso tempo. E, por razões óbvias, não poderá deixar de considerar igualmente a epistemologia do passado. Preocupar-se-á em conhecer as reflexões epistemológicas dos cientistas sobre as ciências de que se ocupam, tendo sido capaz de distinguir entre a ciência que o cientista faz e as considerações epistemológicas que tece sobre ela. Não será insensível às diferenças, por vezes fundamentais, entre as formulações da problemática epistemológica propostas por diferentes correntes de pensamento. Verificará que o debate epistemológico não concerne somente a soluções, mas também ao modo de formular problemas e à sua mesma natureza.

Penso, entretanto, que uma questão inicial e básica se põe de modo irrecusável e, por assim dizer, espontaneamente para todo epistemólogo criticamente empenhado em compreender o conhecimento científico; uma questão, em verdade cuja resposta definirá as linhas mestras de toda uma orientação epistemológica. Refiro-me à *questão do fundamento e valor da demarcação*. Pois a demarcação entre ciência e não-ciência, encontrada ao nível da opinião comum, não foi por certo objeto de qualquer avaliação crítica ou de qualquer tentativa de legitimação, ao nível da epistemologia descritiva. Foi apenas reconhecida e descrita, e todo o esforço foi feito no sentido de apreender os traços específicos mais relevantes da zona demarcada. Se a Epistemologia realmente pretende elucidar a natureza da ciência, compete-lhe obrigatoriamente agora discutir o sentido profundo da demarcação, encaminhando a investigação no sentido de uma eventual decisão sobre a sua essencialidade ou inessentialidade, legitimando-a e fundamentando-a ou, ao contrário, descobrindo-lhe uma enganosa superficialidade. A importância do problema foi entrevista pelo historicismo, sobretudo por sua variante sociológica. Recusa-lo redundaria em por de lado toda discussão crítica sobre a especificidade do conhecimento científico, condenando-se a epistemologia a permanecer para sempre descritiva.

Se não vejo como se pudesse omitir essa questão, não vejo também como se poderia buscar-lhe uma resposta sem interrogar a ciência sobre a *validade* dos procedimentos e métodos de que se serve para fundamentar sua pretensão cognitiva. Pretensão que, nós o vimos, é real e se manifesta explicitamente nos discursos das diferentes ciências. Mas a ciência compartilha a pretensão de compreender e apreender o Real com a não-ciência, com a filosofia por exemplo, ou com a religião. Não é essa pretensão, pois, que lhe confere a sua especificidade, mas o seu modo particular de buscar concretiza-la. Todo o problema da aceitabilidade e legitimidade da ciência *enquanto* empreendimento cognitivo reduz-se então ao da sua validade, que não é outro senão o da validade dos métodos que lhe são próprios.

E. assim, a *questão do fundamento e valor da demarcação e a questão da validade são uma só e mesma questão*. Foi o que o historicismo não viu. E eu me arrisco a dizer que, num certo sentido, essa é a *única* questão a que tem de responder epistemologia crítica. Na medida em que todas as demais questões se ordenarão a partir dela e em que as respostas a essas últimas terão de pressupor de algum modo a resposta àquela primeira. Atente-se em que a questão fundamental não é, então: *Como é possível o conhecimento científico?*, pergunta histórica que pressupunha uma ciência já reconhecida como conhecimento autêntico. Mas sim: *Que valor tem a pretensão da ciência ao conhecimento?* Uma crítica do conhecimento não pode assentar sobre outra base. A questão da validade é crucial e não pode ignorar-se por decreto. Se ela não se decide, a ciência se torna um estranho e misterioso paradoxo. Omiti-la pura e simplesmente é de um arbitrário inaceitável. Recusar discuti-la é injustificável. O historicismo omite-a e recusa-se a discuti-la.

Questionar a validade dos métodos científicos é discutir sua aptidão instrumental para a efetivação da intenção científica de apreender os aspectos do Real de que se ocupa. É problematizar sua adequação ao propósito científico de instaurar um discurso verdadeiro sobre o Mundo. O epistemólogo terá, então, de interrogar-se sobre o valor de conhecimento da dedução lógico-matemática e sobre o alcance do método experimental, bem como sobre quantos outros métodos e variantes metodológicas tenham sido reconhecidos pela epistemologia descritiva. Questionará o valor das evidências lógico-matemáticas, também a credibilidade da observação e da experimentação científica; seus conhecimentos de História da Ciência, entre outras coisas, lhe terão mostrado que evidências de outrora se tornaram não-evidências para a ciência de hoje, que resultados de observações e experimentos antes tidos como seguros e incontestáveis são hoje rejeitados como falsos. Discutirá o valor das variadas formas de explicação científica. Interrogar-se-á sobre o significado cognitivo do êxito tecnológico da ciência, de sua capacidade de modificar a fisionomia do Real e de submete-lo aos desejos dos homens, pela aplicação de suas teorias. Indagará do significado e alcance das demonstrações das ciências exatas e do valor da chamada verificação experimental das teorias. Do significado das alegadas refutações das teorias pelos fatos.

Mencionei acima os acordos relativos que comumente se estabelecem entre os cientistas, no interior de problemáticas convenientemente delimitadas, sobre questões de métodos e sobre a aceitabilidade de resultados teóricos. Cabe ao epistemólogo estudar o eventual relacionamento entre a possibilidade e o fato desses acordos e a uti-

lização das metodologias mais fundamentais da pesquisa científica: a dedução lógica e o método experimental. Ele perguntará, então, pelo significado cognitivo desses acordos, sobre sua eventual correlação com o caráter “regional” da pesquisa científica. Também sobre a parte de convenção que nesses acordos se contem.

Indagando da validade das teorias científicas, terá o epistemólogo de ocupar-se longamente dos discursos em que elas se formulam. De um lado, de sua estruturação interna e de sua armação lógica, cujo valor para o empreendimento cognitivo tentará descobrir. Nessa mesma direção, procurará apreender o alcance das técnicas de formalização a que recorrem, em maior ou menor grau, ciências naturais e humanas. De outro lado, interrogar-se-á sobre as implicações da inserção obrigatória do discurso científico no discurso cotidiano. Comparará o discurso da ciência com o discurso comum não-científico, as pretensões à veracidade de um e de outro.

A inserção do discurso científico no discurso comum exprime a referência incessante da ciência ao Mundo que o discurso comum sempre pressupõe e com o qual a ciência se mede. A investigação epistemológica sobre a validade da ciência não pode portanto recusar-se a uma análise crítica da metafísica implícita em todo discurso científico. Mas vimos também que a ciência se propõe acrescentar novas dimensões ao Real, ao mesmo tempo em que eventualmente “desrealiza” aspectos da Realidade que o senso comum reconhece. Que ela introduz entidades inobserváveis cuja realidade postula nos enunciados existenciais que sobre elas formula, mesmo se o faz somente a título de hipótese. A elucidação epistemológica da natureza da ciência, ao discutir sua pretensão cognitiva exigirá, então, que se questione o estatuto dessas ontologias científicas, bem como sua vinculação com a metafísica implícita no discurso comum incorporado ao discurso científico. O epistemólogo procurará descobrir o significado preciso do vocabulário científico da existência.

Um ponto mais merece ser aqui lembrado. Referi-me acima ao traçado impreciso e mal delimitado das zonas fronteiriças de demarcação entre ciência e não-ciência, assim como à discutida cientificidade de certas disciplinas ou teorias, particularmente na área das ciências humanas. Ora, exatamente porque se trata de um setor sobre cuja demarcação não se fez consenso, a problemática epistemológica reveste-se aqui de feições especiais. Com efeito, que pode significar a pergunta sobre a cientificidade ou não-cientificidade de uma disciplina ou teoria? Não é, por certo, a sua pretensão cognitiva que servirá de critério para que se lhe confira a cientificidade desejada, já que uma tal pretensão por si mesma carece, como vimos, de qualquer

força demarcatória. Se a zona demarcada e coberta pelo uso corrente do termo “ciência” dever expandir-se de modo a incorporar o novo setor, isso não poderá ocorrer senão porque esse último se terá transformado de modo a conformar-se ao padrão mais geral de cientificidade definido pelas disciplinas já demarcadas como científicas.

Não se trata, obviamente, de pretender impor a uma disciplina padrões específicos próprios a outras disciplinas, já que a própria epistemologia descritiva terá reconhecido, no interior da zona demarcada como científica, diferentes especificações da cientificidade. Mas se trata de, uma vez descritos os traços relevantes mais essenciais que esses diferentes modelos de cientificidade possuem em comum, uma vez portanto definidos os critérios básicos de cientificidade e caracterizada a significação fáctica do termo “ciência”, aplicar adequadamente o termo e os critérios para decidir das pretensões das disciplinas ou teorias que se candidatam à cidadania científica.

Proceder de outro modo é estimular a confusão terminológica e sujeitar o termo “ciência” a uma incômoda e desnecessária heteronímia. Como se faz, aliás, muito frequentemente, talvez no intuito inconsciente de estender a certos métodos de especulação doutrinária e às doutrinas de controvertida validade a que eles se vinculam os benefícios do prestígio e geral aceitação de que gozam e a que possivelmente fazem jus metodologias e teorias reconhecidas como autenticamente científicas.

Em verdade, o problema do fundamento e valor da demarcação não se encontra aqui em jogo, como se no quer às vezes fazer crer. Mas tão somente o problema de um uso adequado do vocabulário da ciência. Eis também porque, dentro de certos limites razoáveis, não julgo criticável uma certa preferência concedida pela Teoria da Ciência às ciências exatas e naturais. Mas não vamos ignorar que progressos fundamentais se vêm conseguido no sentido de estender ao campo das chamadas ciências do Homem — e com plena consciência de sua especificidade — uma metodologia científica de eficácia já amplamente reconhecida.

*

7. — Aí temos esquematizada, ainda que de maneira necessariamente parcial e incompleta, a problemática fundamental da epistemologia crítica, basicamente agrupada em torno da questão da validade. O que salta imediatamente aos olhos é que essa problemática, que naturalmente se formula quando se considera a ciência criticamente, é de natureza eminentemente filosófica. Reconhecer essa trivialidade implica, entretanto, em reconhecer também que ela somente pode

receber uma solução eminentemente filosófica, dentro de uma teoria filosófica do conhecimento. Mas parece-me irrecusavel tambem, se se consideram com atenção as questões formuladas, que elas transcendem de muito a esfera científica. Nem poderia ser de outra maneira. Se a ciência se propõe como conhecimento verdadeiro do Mundo, ou se persegue pelo menos essa meta, é evidente que uma discussão crítica de suas pretensões envolve a problemática toda do ser e do conhecer, da verdade e da certeza. A essa problemática geral e metafísica remetem diretamente todos os problemas que sucintamente inventariamos. O que significa dizer que *somente num sistema metafísico podem eles encontrar uma solução adequada.*

O nosso tempo tem horror à metafísica. E, entretanto, as filosofias da ciência comprazem-se continuamente na formulação de questões, cujas implicações metafísicas são evidentes mas que elas entretanto não enxergam. Implicações análogas são manifestas nas respostas que oferecem para as perguntas que formulam, o que lhes passa tambem desapercibido. Não se percebe que não pode existir uma mera filosofia da ciência *tout court*. Que todos os empreendimentos que se cometem a essa perspectiva restrita não passam, em verdade, de metafísicas toscas e pobres, incompletas, mutiladas e inconscientes. Sua pretensa postura anti-metafísica é, por isso mesmo, contraditória e inconsistente. Sob esse prisma, o historicismo não constitui uma exceção. Ele partilha apenas da cegueira filosófica da reflexão contemporânea sobre a ciência. Pudemos acompanhar as linhas principais da orientação historicista e delinear as perspectivas que assume em sua explicação do conhecimento científico. Creio já reunidos os elementos que nos permitirão uma avaliação crítica mais precisa de seu empreendimento.

Consideremos, em primeiro lugar, sua confiança no método genético. Expusemos os diferentes modos como o aplica e os resultados que alcança ou pretende alcançar. E reconhecemos explicitamente a contribuição importante que a História da Ciência pode trazer para a reflexão epistemológica. Aceitemos, para argumentar, que o historicismo histórico-crítico seja capaz de oferecer-nos, como pretende, uma leitura adequada, cientificamente estabelecida e filosoficamente neutra, das transformações operadas no âmbito interno de cada região científica particular durante a evolução histórica da ciência, ao mesmo tempo que uma descrição fiel de como se operou a passagem de cada uma das fases dessa evolução à fase subsequente. Que estudos sérios e apoiados em cuidadosas pesquisas nos consigam propor um quadro fiel da vida interna e profissional das comunidades científicas, uma descrição precisa do importe paradigmático das constelações culturais que teriam modelado os ambientes de pesquisa em que

se processou o funcionamento normal dessas comunidades; que nos tenham sido efetivamente manifestados os fatores de ordem psico-sociológica que condicionaram o comportamento dos cientistas nas épocas de crise das ciências e que os teriam levado à rejeição ou adoção das teorias em conflito. Para argumentar ainda, aceitemos que o historicismo sociológico seja efetivamente capaz de desvendar-nos a natureza das determinações que teriam subordinado a produção de teorias e metodologias científicas às condições sócio-econômicas de que elas emergiram; que uma análise bem sucedida de fatores que teriam essencialmente determinado a natureza das grandes constelações sócio-econômicas em que se insere a produção de ciência nos tenha permitido acompanhar a gênese real das categorias básicas do conhecimento científico, de seus conceitos e métodos; que um estudo adequado das situações sócio-culturais em que se propuseram as teorias e se definiram os rumos da pesquisa científica nos tenham efetivamente descoberto, não apenas a influência atuante de elementos extra-científicos, filosóficos e outros, sobre a gênese das teorias e os traçados daqueles rumos, mas também uma real subordinação desses traçados a necessidades e interesses de grupos sociais envolvidos naquelas situações, dos quais a orientação da atividade científica seria, então, uma expressão ideológica.

Estabelecidos que fossem alguns ou mesmo todos esses resultados que o historicismo nos promete, a *problemática da validade continuaria subsistindo integralmente*. Nenhuma de suas perguntas teria recebido qualquer resposta. Os dados supostamente obtidos em nada poderiam contribuir para qualquer decisão sobre a validade da pretensão cognitiva da ciência. Por qualquer prisma que se considere, o conhecimento da gênese das teorias científicas é definitivamente impotente para revelar-nos critérios que nos permitam decidir se podemos ou não aceita-las como autêntico conhecimento, qual a eventual verdade ou falsidade de seus discursos. O direito da *ciência* a suas pretensões não pode ser julgado pelos *fatos* ligados às suas origens. Trata-se de gêneros distintos que as epistemologias exclusivamente genéticas teimam em confundir. É o caso do historicismo, quando não percebe que os resultados de suas análises históricas, ainda que eventualmente corretos, em nada poderiam justificar uma recusa da pretensão cognitiva da ciência, na mesma medida em que também não poderiam servir a uma legitimação dessa mesma pretensão. Por isso mesmo, o historicismo não procede senão a uma dissolução aparente da problemática epistemológica da validade. Não se suprime por um golpe de mágica a distinção entre o contexto da justificação e o da descoberta.

Tomemos o exemplo da explicação ideológica das teorias científicas. Suponhamos que a análise historicista nos tenha conseguido

desvendar de modo satisfatório as origens ideológicas manifestas de uma determinada teoria científica, mostrando-nos o sentido ideológico da formulação da problemática a que a teoria se propõe a responder, o caráter ideológico da solução proposta, o significado ideológico dos métodos escolhidos, o valor e a utilização ideológica dos resultados obtidos. Resta ainda algo importante a ser resolvido: o estatuto ontológico dos objetos da teoria e a veracidade ou falsidade dos enunciados com que a teoria fala desses objetos. Ora, é na postulação de sua ontologia e na proposição de enunciados assertivos sobre as entidades que a compõem que a teoria revela sua pretensão cognitiva. E a questão ontológica não se resolve decretando-se que o *ser* dos objetos se reduz ao seu *ser-posto* pelas teorias, como pretende a teoria *posicional* do objeto em que o historicismo implica. Reduzir a *postulação de entidades* a uma *posição* ou *produção de objetos* não é mais do que um recurso canhestro a uma metáfora artesanal infeliz com que o historicismo se satisfaz para fazer a economia da discussão ontológica. Seu desprezo pela metafísica “ingênua” dos discursos científicos dissimula mal seu simplismo teórico. A ciência não *põe* objetos nem “edita” mundos. Mais modesta, ela aspira tão somente a descobrir as entidades e eventos que tecem a trama do Mundo.

Por outro lado, o historicismo parece desconhecer a extrema maleabilidade do espírito filosófico. Nenhuma de suas variantes parece dar-se conta de que os resultados de suas análises são suscetíveis de diferentes leituras filosóficas e que as epistemologias filosóficas podem coerentemente interpretá-los — e têm-no feito — de diferentes maneiras. Por isso mesmo, não se pode deles esperar que venham a privilegiar tal ou qual orientação epistemológica nem que venham a fornecer argumentos decisivos contra alguma outra. A epistemologia filosófica reconhece o valor dos estudos genéticos e os encoraja, na certeza de que seus resultados trarão novos e interessantes problemas e virão alimentar e enriquecer o debate entre as diversas correntes.

Mas não esqueçamos que, aceitando há pouco a possibilidade de o historicismo estabelecer adequadamente os resultados que espera de suas análises genéticas, assim procedemos apenas para argumentar. Pois ninguém ignora quão discutidos e controversos são os resultados de suas pesquisas, quão problemático o reconhecimento da validade de seus métodos e técnicas. Em verdade, para levar a cabo seus objetivos, o historicismo vê-se obrigado a recorrer, como não poderia deixar de ser, a disciplinas científicas de vária natureza. Ocorre, entretanto, que as metodologias psicológicas, sociológicas, econômicas, etc., que utiliza nem sempre são de cientificidade aceita; em alguns casos, validade e cientificidade são amplamente contestadas. Quão paradoxal

não é, então, o recurso a tais disciplinas para fundamentar uma compreensão crítica, que muitas vezes se pretende definitiva, de disciplinas e teorias cuja validade e cientificidade amplamente se reconhece!

Suponhamos, porém, que se tratasse de teorias cujo caráter científico fosse pacificamente reconhecido. O procedimento seria, de qualquer modo, circular, na medida em que se pretendesse fundamentar nos resultados dessas disciplinas uma avaliação crítica do conhecimento científico, por exemplo uma decisão, ainda que negativa, sobre a validade da pretensão cognitiva da ciência e sobre o valor de verdade de seus enunciados. Com efeito, se o que está em causa é a validade dos enunciados científicos e a sua aceitabilidade, não cabe recorrer aos resultados de disciplinas científicas particulares, o que obviamente implicaria em reconhecê-los como válidos. Pois também sua validade se encontra em discussão. Ora, o historicismo incorre, ao menos implicitamente, nessa circularidade viciosa, ao propor a investigação genética da ciência, que empreende, como uma elucidação cabal de sua natureza. Pois, na medida em que uma tal postura necessariamente implica em uma teoria *posicional* do objeto, tem-se como necessária consequência a desqualificação da pretensão da ciência ao valor cognitivo de seus enunciados. Mas, por outro lado, aquela investigação pressupõe a validade das disciplinas científicas em cujos resultados se apóia. Não pode competir à ciência a crítica da ciência.

A inconsistência filosófica do historicismo poderia abordar-se ainda sob outros ângulos. Por exemplo, poderia analisar-se a metafísica implícita em seu próprio discurso; no caso do historicismo sociológico, poderia discutir-se a ontologia de objetos sociais que ele implicitamente postula e cujo estatuto metafísico parece não preocupá-lo. Seria o suficiente para enredá-lo em novos apuros. Mas não julgo necessário demorar-me agora nessas questões. Por que continuar a golpear um adversário caído?

*

8. — Entretanto, parece restar ainda ao historicismo sociológico uma última arma que ele não hesitará em empunhar em desespero de causa. Em verdade, já a tem empunhado. Incapaz de defender adequada e coerentemente suas posições, acossado por uma epistemologia crítica melhor equipada de conceitos e argumentos e que põe a nu sua inconsistência filosófica, o historicismo tentará derrubar de um só golpe a própria postura crítica que não tem condições de enfrentar. Propor-se-á, com efeito, a fornecer uma explicação genética dessa postura, expondo-nos a gênese social da problemática crítica e o seu pretenso significado ideológico, segundo os esquemas que já nos são familiares. Para escapar a uma situação incômoda, “explicará” as perguntas a que não pode responder.

Mas trata-se de uma tentativa inútil e votada ao fracasso. Diante dessa arremetida sofisticada, a epistemologia crítica voltará sobre os próprios enunciados em que ela se formula as baterias da validade: Por que se aceitarão os enunciados historicistas? Que validade possuem? São verdadeiros ou falsos? Como julgar de sua legitimidade? Qual o seu valor de conhecimento? E o historicismo não pode recusar a significatividade e o importe dessas perguntas.

Mas não pode também aceita-las. Porque isso redundaria no reconhecimento do primado da problemática crítica. Implicaria em que ele se renegasse como historicismo, ao assentir ao debate conduzido segundo a perspectiva crítica de uma epistemologia filosófica. Estranho privilégio é esse de que goza o historicismo e que partilha com variadas posições epistemológicas atuais: o de não poder discutir o próprio discurso em que proclama a ruína de problemas clássicos da especulação filosófica. Pois o simples questionamento de seu discurso reabriria todos aqueles problemas. Como elas, o historicismo condena-se, então, ao mais intransigente dos dogmatismos. Não é outra, aliás, a sua postura comum. E as consequências práticas desse fato poderão ser graves, ao menos em certas circunstâncias. Pois recusados ao diálogo, os discursos dogmáticos dessa forma de historicismo visarão, antes, à conquista de auditórios. Descrendo da possibilidade de uma investigação ideologicamente neutra, o historicismo tenderá a encorajar a subordinação consciente e deliberada de toda pesquisa a diretrizes políticas e ideológicas. Tentará na prática a vitória sobre o espírito crítico que não pode superar teoricamente.

Ao contrário desses dogmatismos, a epistemologia crítica pode realmente fazer-se auto-crítica. Porque por essência interrogativa e problematizadora, pode interrogar-se sobre si mesma, sobre seus eventuais pressupostos, sobre posições que eventualmente avance. Todo diálogo e toda polêmica lhe são bem-vindos.

Tal é, então, essa monstruosidade epistemológica que resolvi batizar com o nome de historicismo. Símbolo da confusão conceitual e filosófica de nosso tempo, ele alimenta-se do espírito anti-metafísico que a influência nefasta do positivismo legou à posteridade. Doutrina filosoficamente pobre, o positivismo teve, por certo, um papel histórico relevante no desenvolvimento dos estudos de filosofia da lógica e da linguagem, ao mesmo tempo em que contribuiu para refrear o desvario de certas especulações metafísicas. Mas tudo isso se viu tragicamente contrabalançado pelo descrédito duradouro que lançou sobre toda forma de especulação crítica e de indagação metafísica. Seu impacto dissolvente atingiu as mais variadas correntes filosóficas e epistemoló-

gicas, contaminou gerações inteiras de pensadores. O historicismo é também um de seus tristes frutos. Descendente longínquo de um hegelianismo mutilado, ele é herdeiro e filho do positivismo. Por vezes arremete raivosamente contra o pai. Mas não nos enganemos: é um conflito edipiano.

* *
*

OSWALDO PORCHAT PEREIRA. — Nasceu em Santos (SP) em 1933. Foi Presidente do Grêmio dos Estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Paulo em 1954-55; licenciou-se em Letras Clássicas por essa Faculdade em 1956. Em 1959, licenciou-se em Filosofia pela Universidade de Rennes, França, onde foi leitor de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira. Aluno Residente da École Normale Supérieure de 1959 a 1961. Desde 1962, integra o quadro docente do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo-se doutorado em 1967. Estagiou na Universidade da Califórnia, Berkeley, de 1969 a 1971, especializando-se em Lógica e Filosofia da Linguagem. Desde 1971, é Orientador de Pós-Graduação em Lógica, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Ciência. Exerceu a Chefia do Departamento de Filosofia de 1972 a 1974.

Publicações:

- Tradução e Prefácio de *A religião de Platão*, de Victor Goldschmidt, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963.
- *O Conflito das Filosofias*, in “Revista Brasileira de Filosofia”, vol. XIX, fasc. 73, jan.-março, 1969.
- *O frequente* (a noção aristotélica de *hôs epì tò polú*) in “Discurso” nº 1, 1970.
- *A noção aristotélica de ciência* (tese de doutoramento), Editora Ática, São Paulo (no prelo).